

As múltiplas abordagens da obra de Zé Lins

Multiple approaches in Zé Lins literature

Maria Thaize Ramos Lira¹

Vicentina Maria Ramires²

RESUMO: Os anos de 1920 são caracterizados pela propagação do Regionalismo em vários estados do Brasil. É neste cenário que se destaca José Lins do Rego (1901-1957) ou “Zé Lins”. Sua obra literária dedicou-se a romancear, em uma perspectiva realista e saudosista, o mundo dos banguês nordestinos. Formulado na chave conceitual da tradição, esse espaço regional circunscreve suas obras literárias. A intenção deste trabalho é compreender as práticas e representações do coronelismo no romance de José Lins do Rego na visão de diversos autores contemporâneos. Situamos este trabalho no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações, acerca da ideia de representação em Roger Chartier. José Lins do Rego, ao mesmo tempo em que se insere no meio de intelectuais regionalistas, apropria-se de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa, uma história Cultural que aborda também representações sociais ligadas diretamente a uma identidade que estava se formando e se inventando.

Palavras-chave: literatura; representação; história cultural; José Lins do Rego.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Representação. História Cultural. José Lins do Rêgo.

ABSTRACT: The 1920s are characterized by the spread of regionalism in several states of Brazil. It is in this scenario that highlights José Lins do Rego (1901-1957) or "Zé Lins." His literary work dedicated to romanticize, in a realistic and nostalgic perspective, the world of Northeastern banguês. Formulated in the conceptual key to tradition, this regional space circumscribes his literary works. The intention of this work is to understand the coronelism practices and representations in José Lins do Rego's literature in the view of many contemporary authors. We situate this work in the field of cultural history, especially the articulations between practices and representations of the idea of representation in Roger Chartier. José Lins do Rego, inserted in the middle of regionalist intellectuals, appropriates specific cultural practices of the sugar culture to build his narrative a cultural history which also addresses related social representations directly to an identity that was forming and inventing.

KEY-WORDS: Literature. Representation. Cultural history. José Lins do Rego.

Introdução

Dentre os escritores regionalistas que contribuíram para dar forma à sociedade patriarcal e que, ao mesmo tempo, buscaram lhe assegurar um lugar de destaque na sociedade

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). thaize_ramosjp@hotmail.com.

² UFRPE. vicentinaramires@terra.com.br.

brasileira em modernização, está José Lins do Rego. Sua atuação enquanto cronista em jornais cariocas bem como suas representações urbanas situadas em oposição à ordem agrária e patriarcal sugeriam perspectivas inexploradas de pesquisa em torno da obra de "Zé Lins", como era conhecido entre os amigos e no meio literário.

Uma dessas possibilidades, em especial, chama a atenção para a necessidade de se atribuir importância à dimensão cultural em trabalhos que lidam com essa relação dialógica e heurística entre História e Literatura. Assim, estabelecemos nosso objeto de estudo nos aspectos culturais da sociedade patriarcal presentes nos romances do chamado ciclo da cana-de-açúcar, escritos por José Lins do Rego.

Através de pesquisas bibliográficas destacamos alguns trabalhos que permitem visualizar um percurso historiográfico do regionalismo literário de José Lins do Rego, tendo como aspecto central a análise dos elementos políticos presentes na decadência e na superação do modelo de sociedade patriarcal em favor de uma sociedade urbana, moderna e industrial.

Evitando fazer uma descrição minuciosa acerca de todos os trabalhos que, de forma direta ou indireta, lidam com a temática, optamos, neste artigo, por apresentar as principais ideias de alguns trabalhos que podem contribuir para o estabelecimento de um forte e importante diálogo durante o processo de construção do estudo.

Um dos principais trabalhos, e que é considerado uma referência importante nos estudos acerca de José Lins do Rego, é o livro "José Lins do Rego: modernismo e regionalismo", de José Aderaldo Castello (1961), que abordou aspectos referentes à formação de José Lins do Rego e seu envolvimento com o movimento Modernista e o movimento Regionalista. Em detrimento da crítica literária da época, Castello acompanhou a ideia de que as obras podiam ser acopladas em ciclos e, sendo assim, o "Ciclo da cana-de-açúcar" é composto pelos livros que retratam a lembrança de sua juventude nos engenhos nordestinos: *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Banguê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Em seguida, o "Ciclo do cangaço, misticismo e seca" caracterizava-se por narrar aspectos de um outro Nordeste, aquele da caatinga, com seus heróis e santos fora da lei. As obras que compõem esse ciclo são *Pedra Bonita* (1938) e

Cangaceiros (1953). Por fim, há o conjunto das “Obras independentes”, que apresentam temas diferentes, com lutas prioritárias, lirismo erótico e memorialismo.

Estudos da obra de José Lins

Nos vários trabalhos que versam acerca de José Lins do Rego e sua obra são utilizadas as mais diversas abordagens teóricas e metodológicas. No cenário historiográfico, destacamos, em ordem cronológica, as produções de Maria Thereza Venuzo (1972), Iranilson Buriti de Oliveira (1997), Rodrigo Ceballos (2003), Elri Bandeira de Sousa (2006), Marilena Chaguri (2007), Simone Silva (2008), Maria Arminda do Nascimento Arruda (2011) e Diego José Fernandes Freire (2014).

O estudo de Venuzo (1972) parte de uma análise das relações de trabalho e das condições sociais existentes nos engenhos de açúcar, tal como são descritas nas obras de José Lins do Rego que compõem o “Ciclo da cana-de-açúcar”;

Em sua obra do *Ciclo da cana-de-açúcar*, José Lins do Rêgo retrata um universo concreto de seres e de coisas. A partir da sua maneira de ver e sentir este universo, ele encontrou a forma adequada para criar e expressar esse mesmo universo. Sua criação literária coincide com o conjunto do processo e da evolução histórica brasileira, na medida em que coloca os problemas mais gerais da época: o latifúndio, as relações de trabalho, as relações sociais na estrutura agrária do açúcar (VENUZO, 1997, p. 125).

É um trabalho que aponta como os aspectos rurais foram abordados por José Lins do Rego. De forma especial, a autora analisa *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936). A parte central da discussão se dá em torno do engenho, deixando para um segundo plano as questões que envolvem a usina e a trama que se desenrola nas cidades de Cabedelo e Recife. Por se tratar de uma produção mais antiga, fato que não desmerece o texto, a autora se debruça em torno de uma análise fechada das obras em

questão, o que nos abre os olhos para pensarmos outras possibilidades de análise dos romances de José Lins do Rego.

Outro trabalho significativo para o nosso estudo é o de Iranilson Buriti de Oliveira (1997), que analisa a decadência como institucionalização na Primeira República a partir dos sujeitos políticos, documentos oficiais e da literatura regionalista, especificamente o Romance de 1930. Oliveira aponta que, ainda em meados do século XIX, a elite açucareira praticamente não comentava a respeito de uma possível decadência econômica, em termos substanciais, ou, sequer, no seu aparecimento dentro do cenário político e econômico nacional. Neste sentido, afirma:

Não falavam porque não estavam ainda ameaçados por outras classes produtoras do país nem seus valores estavam sofrendo alterações; porque seu produto conseguia sempre uma boa colocação no quadro geral das exportações. Não falavam contra o poder público, contra os privilégios desta ou daquela classe, contra o protecionismo da agricultura porque eram eles mesmos que controlavam socialmente a vida do país e, sendo assim, constituíam o centro dos investimentos da União e os “pés e as mãos” da vida econômica do país (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

É interessante notarmos que, segundo Oliveira, até então, não era dada relevância às crises pelas quais a elite açucareira passava, pois elas não possuíam qualquer tom de ameaça, não se manifestavam porque os seus produtos permaneciam em um bom espaço de mercado. E como a situação foi alterada, com ela mudou também a dos grupos que até então controlavam política e economicamente o Brasil, que mudaram os estilos de escrever Literatura, surgindo um regionalismo tradicionalista.

O culto à tradição, amor ao passado, desprezo ao presente e à história. Em cada autor regionalista-tradicionista, é perceptível sua intenção em preservar um espaço tradicional, partido de lembranças, fatos e experiências da infância ou de traços característicos da região [...] A formação discursiva regionalista-tradicionista faz uma leitura dos valores regionais tornando-os um bloco coeso, uno e sobretudo harmônico capaz de resistir à supremacia do centro-sul a às suas influências sobre os valores culturais do Nordeste (OLIVEIRA, 1997, p. 86).

As ideias do regionalismo-tradicionalista implicam a valorização e a releitura dos antigos valores do presente da sociedade patriarcal nordestina e na construção de uma região, de um Nordeste. Ao mesmo tempo, cada autor vai propor a sua visão de região e, nela, de tradição. Algo que merece ser refletido é o quanto a noção de “decadência” foi compreendida pelos diferentes agentes que emitiam os discursos. Em cada discurso, temos várias circunstâncias significadas como decadência. Em alguns, a “decadência” é considerada como uma queda de preços no mercado exportador; em outros como a falta de desenvolvimento econômico, ou, ainda, a ruptura com os costumes em vigor no espaço tradicional.

Portanto, de acordo com Oliveira, a ideia de decadência está vinculada a um entrelaçamento de fios de diferentes interesses por parte de banqueirosⁱ e usineiros. A interrupção nos meios que movimentavam o engenho, seus costumes, as ações de seus senhores, tudo isso era vinculado à noção de decadência regional, espacial ou familiar.

Até pelo menos a década de 1920, as representações da decadência estavam reservadas, além da própria elite, a jornalistas, alguns poucos intelectuais e a políticos da região. Não havia se destacado ainda nenhum romancista ou poeta que saísse em defesa da representação da decadência. Porém, pouco a pouco, entusiasmados com a temática do regionalismo, alguns autores descobriram a sociedade do engenho como matéria prima para suas obras de ficção, como Mário Sette, com o romance *Senhora de Engenho* (1921), seguido por outros romances com o mesmo teor social, como a *Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, e as obras do romance do “Ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego.

O foco narrativo dos “romances de açúcar” se articula em torno de alguns temas peculiares ao mundo rural, destacando-se a ‘decomposição’ da vida do banqueiro e do seu senhor e o repúdio às inovações técnicas na agroindústria do açúcar. Preocupa-se em manifestar o ‘espetáculo’ complexo do engenho, em reproduzir a memória de menino de bagaceira (OLIVEIRA, 1997, p. 126).

Os estudos de Rodrigo Ceballos (2003) acerca dos “maus costumes nordestinos” apresentam a emergência de práticas questionadoras do conhecido estereótipo dos homens da

região Nordeste. Por meio de um estudo das categorias de gênero, o autor apresenta não somente as formações discursivas que construíram a identidade no nordestino no Recife entre 1919 e 1930, mas aquilo que ficou conhecido por “maus costumes” masculinos e femininos – que também se apresentavam nos discursos regionalistas e políticos da época – de uma crise de identidade do que era ser homem, uma identidade masculina de uma região que havia sido “inventada” recentemente.

Na literatura regionalista de José Lins do Rego a fraqueza masculina emergia de acordo com a situação de decadência dos próprios engenhos. Estes romances são uma outra forma de (re) criar um real, apresentando relações de gênero e representações de masculinidades que se difundiram entre a população da região e fora dela (CEBALLOS, 2003, p 82).

As análises de Ceballos apontam que o mundo dos desejos, saudade e do ser homem no Nordeste era um elemento de destaque nos romances regionalistas, uma vez que descreviam certo ar de decepção diante dos novos rumos e comportamentos que se observavam nos engenhos. Quando comenta acerca de José Lins do Rego, Ceballos aponta que, “nas obras do “ciclo da cana”, [...] está uma forma de elaboração de imagens que deveriam ser resguardadas e, ao mesmo instante, um alerta para o fim de modelos que estariam sendo extintos” (2003, p. 82). Dessa maneira, para este autor, era como se a escrita fosse o meio de tornar público que o seu mundo particular, seus alicerces pautados naquele espaço do engenho, tivesse de ser elogiado para que não se perdesse.

Os estudos de Elri Bandeira de Souza (2006) analisam persistência do trágico na obra *Fogo Morto*. Escapando da categoria filosófica, lida com a categoria estética, que, ao ser relacionada ao gênero dramático, não é raro aparecer em obras de outros gêneros literários. A partir de uma consulta a fortuna crítica de José Lins do Rego, o autor percebeu que a quantidade de estudos que abordam o trágico na obra de Zé Lins é algo reduzido. O autor percebeu que os críticos tomam a decadência como tema dominante no “Ciclo da cana-de-

açúcar”, que apontam o trágico como uma constatação ou um comentário geral, sem aprofundamento estético, e quando tentam fazê-lo, a análise incide sobre todas as obras.

A escrita de Sousa nos possibilita lançar vários olhares para o romancista de 1930 e não os pensar unicamente na perspectiva da decadência, da autobiografia, da memória, da oralidade dos cantadores e contadores de história do Nordeste. Os críticos de José Lins do Rego, particularmente, os que se dedicam ao biografismo, encontram na sua ficção várias evocações de lembranças dos tempos de infância no engenho Corredor, ao lado do avô e das tias, dos cabras do eito, dos moleques da bagaceira e das negras.

Os lugares, as pessoas e as situações vividas ou presenciadas pelo menino de engenho ou adolescente parecem transpor a barreira da ficção sem se transformarem, sem passarem por uma elaboração artística. Em certos textos críticos, Carlinhos e José Lins parecem ser a mesma pessoa (SOUSA, 2006, p. 57).

A dissertação de Marilena Miggiolaro Chaguri (2007) busca recuperar, por meio dos romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” e das crônicas de José Lins do Rego, as ambiências intelectuais e os processos sociais entrelaçados na dinâmica da decadência dos engenhos e de ascensão das usinas na zona canavieira do Nordeste.

Os romances de José Lins são tomados como uma tentativa de compreender, a partir do estranhamento existente entre o narrador e a realidade, as mediações – sociais, políticas e artísticas – postas em um momento no qual uma “forma real, isto é, posta pela vida prática, é transformada em forma literária, isto é, em princípio de construção de um mundo imaginário”, sendo possível apreender, desse ponto de partida, o vínculo entre a dinâmica estética (as sugestões do Regionalismo) e a dinâmica social (a decadência vivida pelo Nordeste) (CHAGURI, 2007, p. 13).

A autora lança mão de uma reconstrução dos espaços intelectuais frequentados por Zé Lins nos anos 1920 no Recife (de forma a enfatizar o Regionalismo e a maneira como este aspecto está presente na obra) e no Rio de Janeiro durante os anos 1930-40, momento de consagração literária do romancista paraibano.

Simone Silva (2008) faz uma comparação entre os processos de publicação entre as obras de estreia de Mário de Andrade e de José Lins do Rego. A autora analisa o sistema de trocas e obrigações no mundo do livro durante as décadas de 1920-30. Através do estudo das primeiras obras que marcam a carreira de ambos os escritores *Pauliceia Desvairada* (1922) e *Menino de engenho* (1932), respectivamente, a intenção é demonstrar a dependência do espaço literário nacional em relação aos “grupos de amigos”, uma prática comum naquele período.

No tempo em que estava começando a se envolver mais diretamente no mundo dos livros, José Lins compôs a chamada “roda de Maceió”, formada por Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Rachel de Queiroz e Aurélio Buarque de Holanda.

As “rodas” passaram a ser o meio através do qual os artistas produziam e faziam circular suas obras. No tempo das rodas, eram elas as responsáveis pelo julgamento, pela crítica e pela divulgação do produtor artístico. No caso do mundo do livro, por exemplo, evidencia-se a importância que as “rodas” passaram a ter no processo fundamental de promoção do escritor – a publicação dos livros, que segue um largo trajeto até chegar ao editor por meio de um integrante da “roda” (SILVA, 2008, p. 189).

Silva estuda como, aos poucos, essa “roda” foi se constituindo em um grupo de amigos que se interessavam pelo mundo dos livros. Como nem todos tinham as mesmas condições e influências, uniram-se na intenção de trocar experiências e contatos para poder publicar seus livros.

O trabalho de Arruda (2011) versa sobre Literatura, em especial, do modernismo como uma manifestação literária. O que mais nos interessa é a discussão acerca da inserção dos escritores nordestinos José Américo de Almeida (1887-1980), Graciliano Ramos (1892-1953), José Lins do Rego (1901-1957), Raquel de Queiroz (1910-2003), Jorge Amado (1912-2001), entre outros, no mundo da Literatura. Além de originários da mesma região, de pertencerem à mesma geração literária, de nutrirem visões políticas semelhantes, eram herdeiros de experiências sociais comuns, por serem descendentes de famílias da elite agrária em franco processo de declínio. A autora apresenta a insatisfação de Oswald de Andrade com o destaque

que foi sendo dado aos escritores regionalistas e que, segundo ele, escapava do projeto idealizado pelos organizadores da Semana de 1922 e do movimento Modernista.

Os romances de José Lins do Rego reproduzem a oralidade da cultura do Nordeste, numa obra de forte carga afetiva, permeada por uma expressividade de raiz emotiva, nutrida no solo da memória. Por essa razão, combinam as características do romance social aos traços de uma literatura dos sentimentos, gerados na opressão do mundo, em sincronia com um contexto de crise e uma experiência de decadência social (ARRUDA, 2011, p. 204-205).

A Literatura do paraibano José Lins do Rego recebeu forte influência da geração reunida em torno do Movimento Regionalista e Tradicionalista, organizado por Gilberto Freyre, quando da sua volta dos Estados Unidos, e acabou por organizar e promover o Congresso Regionalista do Recife, em fevereiro de 1926, do qual resultou o Manifesto Regionalista, embora sua publicação tenha acontecido apenas em 1952.

Por fim, não menos importante, temos as pesquisas realizadas por Diego Freire (2014), que partem do pressuposto de que os diversos espaços são construções sociais, resultado de investimentos materiais e simbólicos, em momentos específicos. Sendo assim, a ideia é verificar a fabricação simbólica do engenho açucareiro através de algumas obras literárias do romancista José Lins do Rego.

José Lins foi um dos principais nomes da literatura de engenho. Seus cinco primeiros romances ficcionaram em perspectiva realista, memorialista e saudosista, o apogeu e a decadência dos engenhos ditos nordestinos. Na história da literatura brasileira, nenhum outro autor teve seu nome tão ligado ao banguê quanto o romancista paraibano. O “romancista do engenho”: eis um dos epítetos que a crítica literária lhe reservou (FREIRE, 2014, p. 20).

De modo particular, trata da dimensão simbólica de significados, valores e imagens, que foram mobilizadas por Zé Lins para constituir a propriedade canavieira. A atenção é voltada para as obras do “ciclo da cana-de-açúcar”: *Menino de engenho*, *Banguê* e *Fogo Morto*, escolha feita em detrimento do seu recorte espacial, que é o engenho. E assim, o autor

questiona os estilos e significados utilizados por “Zé Lins” para ficcionar o engenho, que, segundo o autor, é uma espacialidade forjada.

Referencial teórico

Situamos este estudo no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações. A representação assume um dos papéis essenciais da História Cultural, na qual “tem como objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Isso significa dizer que nosso aporte teórico se baseia nas discussões de Roger Chartier (1990 e 2002) acerca das reflexões sobre a ideia de representação. Importante destacar que Chartier confere à representação do mundo social um “diagnóstico fundado na razão [e que] são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Vemos que a representação não é um elemento neutro, sem intenções, mas que busca apresentar a percepção de mundo em um determinado grupo, que elabora as suas estratégias e que impõe sua autoridade. Assim, o ato de representar passa pela ideia de “descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse” (idem, *ibidem*, p. 19). Para tanto, trabalharemos com a noção de representação na compreensão de Roger Chartier, quando ele nos apresenta a seguinte definição:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

A partir das colocações de Chartier (1990, p. 19), podemos perceber que a noção de representação passa pela ideia de que quem representa “descreve a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse”. Um texto, por exemplo, pode apresentar as compreensões de quem o fez, e quem lê o texto pode, a partir da prática de leitura, elaborar a sua representação.

A noção de representação é comumente relacionada às de práticas e apropriação. As práticas são entendidas a partir do momento em que elas dão um significado ao mundo, ou seja, as práticas possibilitam que o leitor tenha a sua interpretação de mundo. Nas palavras de Chartier (idem, p. 28), “são as práticas que constroem o mundo como representação”. Dessa maneira, a escrita de um romance é uma prática cultural. O leitor poderá se apropriar daquilo que leu e, conseqüentemente, construir representações.

A História Cultural abriu os olhos dos historiadores para outros caminhos possíveis de diálogo. Ao se perceber, portanto, outros objetos e temas, os historiadores puderam repensar os conceitos e os próprios aspectos de domínio da História, o que provocou uma intensa reflexão sobre a disciplina. Foi nessa conjuntura que se colocou a necessidade de, em termos metodológicos, se recorrer às áreas afins, tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre outras.

Como resultado dessa visão multidisciplinar e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário, ainda, apoiar a análise em documentos históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de novos olhares (SAMARA; TUPY, 2007, p. 44).

De acordo Ferreira (2009), desde a década de 1970, as novas gerações de historiadores franceses ampliaram o leque de problemas, objetos e abordagens da disciplina, e, como referência às novas possibilidades para a pesquisa histórica, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizam o livro *Faire de l'histoire* – obra considerada o manifesto da Nova História, ao proporem a dilatação do território temáticos do historiador:

[...] que passou a abranger objetos tais como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros- os novos historiadores também estimularam a pesquisa de novos documentos (FERREIRA, 2009, p. 64).

A Literatura é um caminho possível para se compreender as sensibilidades de uma época. Nos dias de hoje, os historiadores se interessam cada vez mais pela relação entre História e Literatura. Esses dois campos, que antes foram separados pelas delimitações de uma ciência histórica, contemporaneamente, tem sido alvo de um profundo e frutífero debate que busca estabelecer quais as convergências, mediações e distinções podem ser percebidas nesta relação.

Essas convergências mediações e distinções têm se dado por diversas portas. Os estudos que lidam sobre os movimentos literários e seus projetos sociais, as suas maneiras de inserção social, as produções e revistas literárias, o mercado editorial, como os estudos de Robert Danrton, nos Estados Unidos, e Nicolau Sevcenko, Sandra Jatahy Pesavento, Sidney Challoub, no Brasil.

[...] é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a Literatura opera como fonte, a Literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e que passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre História e Literatura, mas sim, de precisar o lugar de onde se faz a pergunta (PESAVENTO, 2004, p. 82).

No Brasil, a relevância da Literatura na pesquisa das ciências sociais e humanas tem Antônio Candido como um dos expoentes, para quem, “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido, aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida e do espírito” (CANDIDO, 1985, p. 130).

A Literatura nos permite acesso a um mundo desconhecido, que, por vezes, escapa aos olhos dos historiadores, um mundo rico em detalhes, em aspectos do cotidiano, repleta de

elementos que nos aproxima e permite o contato com outras épocas. Burke (2013, p. 3) atenta que foi o “desejo de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo, que atirou os historiadores nos braços dos romancistas”. É possível considerar a Literatura e a História como versões possíveis da recriação do “real”. Sendo assim, podemos pensar a Literatura como um “mundo reconstruído” pelas palavras e representações que o autor faz a partir da sua “operação literária” historicamente situada.

É frequente ouvir definições que abordam a Literatura de maneira simplista, que trata do imaginário e do não real, enquanto que a História é uma narrativa que trata de estudar os fatos como verdadeiramente aconteceram em diferentes épocas. No entanto, para Pesavento (2006), História e Literatura podem se aproximar sem se confundir. Elas se referem a narrativas que explicam o real em diferentes épocas e espaços. Essa aproximação entre História e Literatura promove um campo de pesquisa que passou a se desenvolver no Brasil a partir dos anos 1990, manifestando-se hoje como uma das temáticas que se sobressai em termos de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

A escrita da História, assim como a de um texto em moldes literários, passa pela tessitura de um fio que deve unir os acontecimentos, até mesmo aqueles que num primeiro momento parecem distantes, a fim de lhes conferir uma significação. No debate entre História e Literatura, as narrativas ditas ficcionais possuem a vida como referência. Por isso, ao construírem, tecerem e elaborarem novas versões sobre o real, apresentam possibilidades de leitura dos mais variados aspectos referentes a uma determinada época. Sobre isso, assim se expressou Pesavento:

O mundo da ficção literária – este mundo verdadeiro das coisas de mentira – dá acesso para nós historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais em buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de

resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Dessa maneira, as aproximações e distanciamentos entre História e Literatura não podem restringir-se apenas ao debate entre realidade *versus* ficção ou, em outros termos, ciência *versus* arte. É conveniente também pensar as possíveis formas de apreensão da realidade que são constituídas, levando-se em conta as diferenças entre ambas e delimitando os saberes que produzem. A proximidade da História com a Literatura se justifica como uma cumplicidade importante, porque as apresenta como um diálogo de discursos sobre o mundo. Nesse espaço, é preciso assumir posicionamentos epistemológicos que dissolvam as fronteiras que foram construídas historicamente, tais como verdade *versus* ficção, realidade *versus* imaginação, ciência *versus* arte.

Um dos trabalhos brasileiros que se debruça pela perspectiva da relação História e Literatura é o de Nicolau Sevcenko (1999), que analisa a República do início do século XIX através de obras literárias da época, tomando como fonte os escritos literários de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Acerca disso, Sevcenko tece algumas considerações acerca da relação entre História e Literatura.

[...] todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas e revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo- e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover, mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? [...] a literatura portanto fala ao historiador dobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram (SEVCENKO, 1999, p. 20).

Portanto, Literatura e História são narrativas que têm o real como referente. De acordo com Ferreira (2009), cabe ao historiador refletir a respeito do que é literatura; estar atento às várias formas literárias no decorrer do tempo e às circunstâncias em que foram

construídas e perpetuadas; não estabelecer valores de juízo estético, pois não lhe cabe eleger entre os clássicos, populares ou malditos; cabe questionar o público a que o texto literário se destina e o papel que desempenha nas condições culturais e sociais de sua época. Recomenda, ainda, que não se deve ficar preso unicamente ao texto literário: deve-se buscar confrontá-lo com outras fontes, que permitam a contextualização da obra na intenção de que possa haver uma aproximação dos vários significados da realidade histórica. Por fim, independentemente da problemática:

O historiador deve ficar atento ao considerar os movimentos literários e as vanguardas artísticas que, ao legarem sua própria memória e versão dos embates culturais, promovem a autoconsagração e criam marcos periodizadores estanques na história da literatura, subordinando seus significados históricos a uma visão unilateral. É nossa tarefa colocá-los à prova (FERREIRA, 2009, p. 75).

Pesavento (2006) chama atenção para o fato de apreendermos a ideia de que a Literatura faz uso da imaginação para construir um enredo, cujas bases tomam o real como referente. A História não pode fazer uso desses meios para criar fatos ou romanceá-los de acordo com livre vontade do autor, uma vez que o trabalho historiográfico é um trabalho que requer um trato científico. Assim sendo, deve estar moldado às bases da cultura empírica, constituindo, assim, em um alerta para os pesquisadores historiadores que adotam a Literatura como fonte. O historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os “descobre”, fazendo-os sair da sua invisibilidade.

Desta forma, a escrita da História pode ser entendida como a representação de um passado. Uma representação que constrói um possível acontecimento a partir, de um lugar que nunca esteve e que é reconfirmado pela narrativa. Desta maneira, as obras de caráter ficcional e/ou literário se mostram como uma possibilidade de fonte documental para a construção do conhecimento histórico, se refletirmos o quanto a Literatura é uma área de conhecimento que promove certa leitura e interpretação da sociedade, pois é em condições

específicas e particulares de espaço tempo, cultura e relações sociais que o literato cria seus mundos, seus sonhos, desejos e experimenta várias formas de linguagem.

Neste trabalho, compreendemos a forma que José Lins do Rego, ao mesmo tempo em que se insere no meio de intelectuais regionalistas, se apropria de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa, uma História Cultural que aborda, também, representações sociais ligadas diretamente a uma identidade que estava se formando e se inventando. A narrativa de José Lins do Rego, marcada pelo status de um descendente do patriarcado açucareiro, que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as práticas culturais não sejam esquecidas.

Considerações finais

Após esta demonstração das vastas perspectivas em que a produção literária de José Lins do Rego foi trabalhada, destacamos a relevância de tais estudos, que, embora lidem com abordagens diferentes, ajudam a fortalecer nosso objeto, pois nos estudos da obra de “Zé Lins” pouca atenção tem sido dada aos elementos culturais historicamente presentes no espaço regional representado em seus romances. Esses trabalhos elidem de suas análises todo um conjunto de expressões e práticas culturais que, sob o signo da tradição, foram centrais no processo de formulação social, histórico e, neste caso, também literária daquilo que conhecemos por sociedade patriarcal açucareira e, por conseguinte, da própria região Nordeste enquanto recorte espacial e identidade regional, durante as primeiras décadas do século XX.

A cultura regional era uma das grandes preocupações do Centro Regionalista do Nordeste e do Movimento que ao redor desta agremiação se estabeleceu, percebendo-a como elemento definidor de uma identidade regional (AZEVEDO, 1984). Percebemos que, quando muito, os autores/pesquisadores apenas utilizam as manifestações culturais a título de exemplificação para dar corpo aos trabalhos que desenvolvem, ou seja, as práticas culturais não são problematizadas em sua historicidade própria.

A possibilidade de compreender as práticas culturais de uma época aos olhos da Literatura é uma das novas ferramentas das quais dispõe o historiador. Acreditamos que este artigo não visa repetir o já dito pelos historiadores, literatos, sociólogos acima, pois buscamos analisar os escritos literários sob o prisma da História Cultural, das práticas e representações, uma outra possibilidade para lidar com a História e a Literatura.

Referências

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. **Tempo soc.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 191-212, Nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030702011000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08. abr. 2016.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2. ed. João Pessoa: Ed da UFPB, 1984.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 7. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1985.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.

CEBALLOS, Rodrigo. **Os “maus costumes” nordestinos: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930)**. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)**. 2014. 316f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, (Online) **Debates**, Paris, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 20. jun. 2016.

_____. **História e História Cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte: A construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) 1997. 155f – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1997.

SILVA, Simone. A “roda de Maceió” e o projeto regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas corridas no mundo do livro dos anos 1930. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul./dez, 2011, p. 91 – 107. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9288>. Acesso em 15. Mai. 2016.

SAMARA. Eny de Mesquita, TUPY, Ismênia Spínola Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SOUSA, Elri Bandeira. **Fogo Morto: uma tragédia em três atos**. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, Campina Grande, 2010.

SVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VENUZO, Maria Thereza. Classes rurais e nordeste uma visão de José Lins do Rêgo. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 125-131, June 1972 . Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09. abr. 2016.

Artigo recebido em 31 de outubro de 2016. Aprovado em 19 de janeiro de 2017.

Notas

ⁱ Dono de banguê, que é uma forma de engenho primitivo de açúcar.